



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

DE REUNIÃO PARA EXAME DE RECURSO ADMINISTRATIVO

TOMADA DE PREÇO Nº 014/2021/CPLO/SUPEL/RO

INTERESSADO: CBM/RO

Processo Administrativo nº. 0004.196189/2021-20

OBJETO: Construção da Organização Bombeiro Militar de São Miguel do Guaporé, no município de São Miguel do Guaporé-RO.

Aos **vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um às onze horas**, na sede da **Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL**, sito à avenida: Farquar, s/nº, bairro Pedrinhas – Complexo Rio Madeira, nesta cidade, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL, criada pela **Portaria nº 74 de 11 de junho de 2021**, para proceder ao exame do recurso administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa: **VERDES MARES CONSTRUÇÕES DE OBRAS PÚBLICAS LTDA.** DA RECORRENTE: VERDES MARES CONSTRUÇÕES DE OBRAS PÚBLICAS LTDA única participante do certame em epígrafe teve sua documentação de habilitação analisada em Ata de Reunião datada em 18.08.2021 pela Comissão de Licitação e foi inabilitada por não ter comprovado capacitação técnica profissional e operacional para **EXECUÇÃO DE PISO EM CONCRETO ARMADO, USINADO ESPESSURA 20 CM, ARMADURA DUPLA**, descumprindo o exigido no item 16.4 alínea "b" e "d" do edital, desencadeando o **FRACASSO** do certame, sendo concedido a empresa o prazo de **05 (cinco)** dias úteis após publicação, previstos no art. 109, I, "a", da Lei nº. 8.666/93, combinado com § 5º do referido artigo, para querendo protocolar recurso junto a SUPEL. A empresa requerente apresentou tempestivamente o recurso administrativo afirmando que o atestado de capacidade técnica e acervo técnico apresentado inicialmente continham características semelhantes ao objeto do certame, como por exemplo a execução das colunas de paredes de concreto armado, e que a diferença é que foi executado na posição vertical, diferente do exigido no edital. Além disso, a empresa anexou um novo Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo DER-RO que tem como objeto construção de bueiro celular de concreto. Alega a requerente que esse novo documento comprova que a empresa possui expertise na construção do objeto ora licitado. **PEDIDO:** Requer que a Comissão reveja e reconsidere a decisão que inabilitou a empresa recorrente, tornando-a apta a prosseguir no certame. Expirado o prazo para interposição de recurso, a Comissão de Licitação encerrou o prazo, pois apenas a empresa requerente **VERDES MARES CONSTRUÇÕES DE OBRAS PÚBLICAS LTDA** participa do certame, portanto não há cabimento de concessão para prazo de Contrarrazões. **DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO** – Após reanálise de toda documentação apresentada pela empresa recorrente **VERDES MARES CONSTRUÇÕES DE OBRAS PÚBLICAS LTDA**, a Comissão de Licitação, com base no § 4º, do artigo 109, da Lei 8.666/93, decidiu manter a decisão proferida na sessão de julgamento do dia 18.08.2021, fundamentando sua decisão, no princípio constitucional contido no art. 41, "caput", senão vejamos: **VERDES MARES CONSTRUÇÕES DE OBRAS PÚBLICAS LTDA** inicialmente apresentou documentação referente a qualificação técnica que descumpre o exigido no item 16.4 alínea "b" e "d" do edital. A decisão da Comissão de Licitação ao inabilitar a empresa recorrente **VERDES MARES CONSTRUÇÕES DE OBRAS**

PÚBLICAS LTDA foi pautada única e exclusivamente nas regras do edital. Segundo Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, o instrumento convocatório: “*é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.* (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416). Cabe transcrever a lição do mestre Hely Lopes Meirelles acerca do edital, segundo o qual: “*A vinculação ao edital é princípio básico de toda a licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O Edital é a lei interna de licitação e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41)*” (“in” “Direito Administrativo Brasileiro”, Malheiros Editores, São Paulo, 29ª ed., 2004, p.268). Ao apresentar novo Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo DER-RO, diferentemente do apresentado no momento da entrega dos envelopes de habilitação e proposta de preço caracteriza tentativa de inclusão posterior de documentos no processo licitatório. A legislação é clara: Lei 8.666/93 art. 43 § 3º: *É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta* (Grifo Nosso). Portanto a análise e julgamento dessa documentação tardiamente apresentada, não pode ser considerada. **Inclusão posterior de documento que deveria constar originariamente na proposta.** Com base nas informações relatadas, condições do edital, e ainda no princípio constitucional contido no art. 41, “caput”, esta Comissão de Licitação decidiu manter a decisão anteriormente proferida, não dando provimento ao recurso interposto pela empresa **VERDES MARES CONSTRUÇÕES DE OBRAS PÚBLICAS LTDA**. Portanto, pelos motivos acima expostos **permanecendo assim a Ata: INABILITAR** a empresa **VERDES MARES CONSTRUÇÕES DE OBRAS PÚBLICAS LTDA**, por não ter comprovado capacitação técnica profissional e operacional para **EXECUÇÃO DE PISO EM CONCRETO ARMADO, USINADO ESPESSURA 20 CM, ARMADURA DUPLA**, descumprindo o exigido no item 16.4 alínea “b” e “d” do edital. Em face do exposto, a Presidente da Comissão, declarou o certame **FRACASSADO**. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Ata, a qual foi lavrada e assinada pela Presidente e pelos membros da Comissão. Porto Velho-RO, 27 de agosto de 2021.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

ERALDA ETRA MARIA LESSA

PRESIDENTE

NADIANE DA COSTA LAIA

MEMBRO

SAMIR PAIVA ESPÍRITO SANTO

MEMBRO



Documento assinado eletronicamente por **Eralda Etra Maria Lessa, Presidente**, em 30/08/2021, às 09:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **Nadiane da Costa Laia, Membro**, em 30/08/2021, às



09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Samir Paiva do Espirito Santo, Membro**, em 30/08/2021, às 09:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0020299464** e o código CRC **0FAC9D67**.